

URNAS Catalães vão decidir se continuam parte da Espanha ou se querem um país livre

Taiza Brito
Especial para o JC

Campeã da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul, a seleção da Espanha é uma das favoritas para o Mundial do Brasil. Mas ao contrário da equipe que o representa, o país europeu vive um dos momentos mais críticos da sua história. A Catalunha, comunidade autônoma com 7,5 milhões de habitantes, língua e cultura próprias e maior geradora de riquezas, prepara um referendo para decidir nas urnas se quer continuar integrando a Espanha ou constituir-se num Estado independente.

A data do referendo, 9 de novembro, foi anunciada em dezembro passado pelo presidente da Generalitat (governo) da Catalunha, Artur Mas, após fechar acordo com os partidos locais. Os eleitores serão questionados nas urnas se querem que a Catalunha seja um Estado e, em caso afirmativo, se desejam a independência.

O referendo, considerado inconstitucional pelo governo espanhol, foi marcado, não por coincidência, para 2014. Em 11 de setembro próximo completam-se 300 anos da Guerra de Sucessão Espanhola, de 1714, quando tropas castelhanas apoiadas por franceses bombardearam Barcelona. A Catalunha capitulou e teve suas instituições de governo abolidas pelos vencedores, sendo obrigada a uma assimilação cultural até hoje não digerida pelos catalães.

Quem visita Barcelona ou lê o noticiário europeu vê que o movimento soberanista contagiou a população de forma avassaladora. Entidades sem coloração partidária vêm organizando manifestações grandiosas, de caráter pacífico, para dizer que a Catalunha é livre para decidir sobre seu futuro político.

No âmbito da sociedade civil, as mobilizações são puxadas pela Assembleia Nacional Catalã (ANC), criada em 10 de março de 2012, no Palau Sant Jordi, em Barcelona. Presidida por Carme Forcadell, a ANC congrega mais de 55 mil adesões (30 mil membros efetivos e 25 mil simpatizantes e colaboradores), que se estruturam em 519 assembleias territoriais, 57 setoriais e 23 internacionais. Para Forcadell, só existem dois caminhos: "Submeter-se ao Estado espanhol e desaparecer como povo ou a independência".

No campo político, o presidente da Catalunha, Artur Mas, é o articulador do processo soberanista. Foi ele quem costurou, em dezembro passado, junto com outros partidos políticos catalães, o acordo que prevê o referendo, com ou sem aval de Madrid. Artur Mas tem na ponta da língua as justificativas para seguir adiante, além da "falta de respeito à língua e cultura catalãs", ponto crítico na relação entre Espanha e Catalunha.

"Temos um déficit fiscal de transferências econômicas entre a Catalunha e o resto da Espanha, que é de 8,5% do nosso PIB (€ 16 bilhões) ao ano. Esse é um dinheiro que a Catalunha produz, paga de impostos à capital federal, e que não volta. É um volume enorme que dificulta nossa capacidade de progredir economicamente e manter um Estado sólido de bem estar, com políticas eficientes", alega.

O movimento de independência da Catalunha é o principal desafio da gestão do primeiro-ministro da Espanha, Mariano Rajoy, que se comprometeu a bloquear o referendo. O governo de Rajoy conta com o apoio do principal partido opositor, o PSOE. Após o anúncio da data do referendo, Rajoy declarou: "A medida é inconstitucional e não acontecerá. Não quero, nem posso, autorizar isso".

Quando se fala na independência da Catalunha, muitos se perguntam se o novo Estado seria aceito pela União Europeia. Um debate que tem rendido especulações e opiniões acirradas. Os contrários alegam que a independência traria a saída automática da Catalunha da UE. Mas os tratados da União não antecipam o cenário em que uma parte de um país que já é membro se torna independente.

A maioria dos especialistas acredita que uma eventual saída da UE poderia ser resolvida com um breve ingresso, dependendo da capacidade de negociação e da boa vontade política.



SOBERANIA O presidente da Catalunha, Artur Mas, é o articulador do processo. Segundo ele, a Catalunha transfere 8,5% do seu PIB para Madrid

Catalunha em busca da independência



ESPAÑA O premiê Mariano Rajoy diz que o referendo é inconstitucional. No entanto, medida tem apoio popular



Políticos montam estratégia

Ancorado na manifestação popular de 11 de setembro de 2012, o presidente Artur Mas chamou os catalães às urnas. O Parlamento catalão eleito em janeiro de 2013 aprovou, com 2/3 dos deputados, uma declaração de soberania que define o povo da Catalunha como "sujeito jurídico e político soberano". A declaração foi lavrada para abonar o caminho do chamado "direito a decidir", com o objetivo final de organizar a consulta para que os catalães digam se querem se separar da Espanha.

Esta declaração de soberania foi considerada sem efeitos jurídicos pelo Tribunal Constitucional, após recurso do governo de Madrid. Mas o governo da Catalunha não tirou o documento do seu site na internet, em mais um gesto desafiador. Dois meses depois, com vistas a dar legitimidade ao processo, o Parlamento catalão aprovou, de novo por maioria, uma resolução na qual se obriga a "iniciar um diálogo" com o Estado para realizar a consulta popular.

O último episódio do embate soberanista aconteceu em 8 de abril passado, no Congresso dos Deputados da Espanha, onde foi rejeitada por ampla maioria a petição do Parlamento catalão solicitando autorização para realizar o referendo em 9 de novembro. Após quase sete horas de debates, o pedido foi negado por 299 votos contra apenas 47 a favor. Apesar da derrota, o episódio pode servir como trunfo, visto que caso seja necessário recorrer à comunidade internacional, em caso extremo, ao Tribunal Internacional de Haia, a Catalunha poderá alegar que esgotou todas as tentativas de diálogo.

Antes de chegar à Corte Internacional, porém, a Catalunha pretende legislar para celebrar o 9-N. "A partir de agora, instituições catalãs buscam a construção de marcos legais para realizar a consulta", alertou Mas, após o debate nas cortes espanholas. Segundo o jornal catalão ARA, este aviso se consumará em setembro, quando o Parlamento deve aprovar uma lei que define o marco legal do referendo.

Assim, o presidente da Catalunha poderá convocar o referendo, o que certamente provocará reação imediata do Estado espanhol, impingando tanto a lei como a convocatória. Neste contexto, é de se esperar que a mobilização prevista para o 11 de setembro tome maiores proporções. Evidenciando ainda mais o choque de legitimidades entre Catalunha e Espanha.

Movimento popular e pacífico

Em 10 de julho de 2010, na véspera da final da Copa do Mundo entre Espanha e Alemanha, houve uma manifestação em Barcelona que congregou 1 milhão de pessoas. Organizada pela associação Omnium Cultural, o lema era "Somos una nação, nós decidimos" e externava o repúdio popular à sentença - publicada um dia antes - do Tribunal Constitucional da Espanha contra o Estatuto da Catalunha.

Naquela manifestação, pela primeira vez, centenas de milhares de vozes catalãs se levantaram para gritar a favor da independência. Foi a partir desse episódio que se percebeu que a desconexão emocional com a Espanha era coletiva, ganhando proporções gigantescas, a despeito dos êxitos esportivos de "La Roja".

Entre 2009 e 2011, muitas prefeituras organizaram reuniões não vinculantes sobre a independência da Catalunha. Ao todo, participaram sucessivamente 503 municípios (53%), que mobilizaram 800 mil eleitores (21% da população chamada a votar), com resultados majoritariamente a favor da independência. Apesar da baixa participação, essas mobilizações chamaram a atenção da sociedade catalã, que começou a se envolver mais no debate sobre o tema.

Hoje, as sondagens realizadas apontam que mais de 80% dos

catalães querem votar sobre seu futuro político e, destes, mais de 50% estão favor da independência. Mas não é preciso recorrer às pesquisas para perceber isso. As ruas trazem o sentimento. As esteladas, bandeiras independentistas, se espalharam pelas sacadas de apartamentos e fachadas de prédios por toda Catalunha, tremulando em apoio à soberania.

Foram contribuições de cidadãos comuns que fizeram surgir a ANC, organizadora das manifestações ocorridas nos últimos dois anos durante o 11 de setembro, considerado o Dia Nacional da Catalunha, que rememora a perda da soberania na Guerra da Sucessão. Essa data sempre foi marcada por mobilizações populares, mas nunca tinham atraído números expressivos de pessoas.

Em 2012, o evento surpreendeu reunindo de novo mais de 1 milhão de pessoas pelas ruas de Barcelona. No ano passado, 1,6 milhão de manifestantes participaram, na mesma data, da Via Catalã: Um cordão humano de 400 km que se estendeu das praias do sul de Tarragona até a localidade francesa de El Pertuis, na fronteira, passando por 86 municípios. O movimento, sem nenhum registro de violência, foi inspirado em uma manifestação similar de 1989, que ajudou as repúblicas bálticas da Estônia, Letônia e Lituânia a conseguirem a

independência da União Soviética.

Os catalães sabem o quanto é importante mostrar ao mundo o processo que estão vivenciando, visto que fora da Espanha pouco se conhece sobre sua história e muito menos sobre a busca pela soberania. O livro *O que o mundo tem de saber*, organizado pela revista de história Sàpiens, de Barcelona, teve 15 mil exemplares enviados "a pessoas influentes de todas as partes do mundo", como Barack Obama, Angela Merkel e Ban Ki Moon. A ação foi bancada por uma campanha de microfinanciamento, com a colaboração de milhares de catalães.

Mais manifestações estão previstas este ano. Uma delas, marcada para o 11 de setembro, pretende lotar a Gran Via e a Diagonal, principais avenidas de Barcelona, formando desta vez um gigantesco V, significando simultaneamente vontade, votação e vitória.

Antes disso, em 9 de junho, quando faltarão exatos cinco meses para o 9-N, o referendo, prepara-se outra ação: erguer castelos humanos simultâneos em locais simbólicos de Berlim, Bruxelas, Genebra, Lisboa, Londres e Paris, além da Catalunha. Os castelos humanos (castells) são uma tradição catalã. A ideia é chamar a atenção da opinião pública internacional e pressionar a União Europeia.